



**Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros**

# **Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros**

20 de Março de 2012



## **Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros**

### **ABMC**

A ABMC foi constituída por Escritura pública de 8 de Março de 1989, em 2011 assume a gestão do Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros em parceria com a DGADR.

#### **Caracterização do Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros (AHMC)**

##### **LOCALIZAÇÃO**

O Aproveitamento Hidroagrícola localiza-se em Trás-os-Montes, Distrito de Bragança, na transição entre as chamadas "Terra Quente" e "Terra Fria", no Coração do Nordeste Transmontano, ocupando parte dos Concelhos de Macedo de Cavaleiros e uma pequena parte do Concelho de Mirandela.

A Barragem do Azibo foi construída no início da década de 80, essencialmente para o Regadio mas também para resolver o problema de abastecimento de água á então Vila de Macedo de Cavaleiros, actualmente abastece também parte do Concelho de Mirandela.

##### **Objectivos Gerais do projecto:**

- Criar um núcleo rural evoluído, de modo a funcionar como pólo de Desenvolvimento Regional, fomentar a produção de alimentos seleccionados, incrementar a produção das indústrias transformadoras de produtos agrícolas e a instalação de outras e promover o progresso do sector terciário;
- Elevar o rendimento per capita da população e o seu nível cultural e profissional;
- Promover o retorno dos emigrantes.

##### **Projecto Inicial – 5.200 ha**

Macedo de Cavaleiros .....	1 600 ha
Salselas .....	730 ha
Cortiços .....	1 060 ha
Brinço .....	1 790 ha *

\* foi abandonado a sua execução por razões técnicas.

**Projecto Final executado que Beneficia as seguintes zonas e áreas:**

**Margem Direita:**

Macedo de Cavaleiros .....1 573 ha -1984-1989  
Cortiços..... 984 ha - 1993-1999

**Margem Esquerda:**

Limãos ..... 300 ha - **Não executado**  
Castro Roupal .....1 140 ha - **Não executado**  
Salselas ..... **382 ha - 1987**

Morais..... 910 ha - **Não executado**

**Total área beneficiada actualmente- 1573+984+382=2.939ha**

**Rede Primária de Rega (1ª fase):**

• **Margem Direita:**

Bloco de Macedo - Canal a céu aberto de secção trapezoidal - 18 km  
Bloco de Cortiços - Conduto fechada

. **Margem esquerda:**

Bloco de Salselas - Conduto fechada

**% em relação á área beneficiada -2010- 13.43%**

**% em relação á área beneficiada - 2011-14.53%**

<b>A – Bloco de Macedo</b>	<b>B – Bloco dos Cortiços</b>	<b>C – Bloco de Salselas</b>
Área de rega-1.592.9 ha	Área de rega-984.3 ha	Área de rega-370.8 ha
Cumprimento da rede secundária- 83.180 m	Cumprimento da rede secundária-47.961 m	Cumprimento da rede secundária- 22.673 m
Tomadas de rega- 426	Tomadas de rega- 244	Tomadas de rega-110
Caudal máximo- 1.091l/s	Caudal máximo- 1.215 L/s	Caudal máximo- 273.3L/s

**Quadro 42 - Áreas, Regantes e Parcelas, por Classes de Área 2010**

Classe de Área	Área (ha)	Nº de Regantes	Nº de Parcelas	Área Regante	Parcelas Regante	Área Parcela	% da Área	% de Regantes	% de Parcelas
< 0,10	28,23	569	646	0,05	1,1	0,04	6,5	52,1	31,4
0,10 -> 0,24	43,67	287	511	0,15	1,8	0,09	10,1	26,3	24,8
0,25 -> 0,49	35,48	103	292	0,34	2,8	0,12	8,2	9,4	14,2
0,50 -> 0,99	40,49	56	187	0,72	3,3	0,22	9,4	5,1	9,1
1,00 -> 1,99	56,92	41	161	1,39	3,9	0,35	13,2	3,8	7,8
2,00 -> 4,99	69,06	23	135	3,00	5,9	0,51	16,0	2,1	6,6
5,00 -> 9,99	44,62	7	68	6,37	9,7	0,66	10,4	0,6	3,3
> 10,00	112,56	7	58	16,08	8,3	1,94	26,1	0,6	2,8
<b>Totais</b>	<b>431,03</b>	<b>1.093</b>	<b>2.058</b>	<b>0,39</b>	<b>1,9</b>	<b>0,21</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

**Quadro 3 - Habilitações dos Regantes por Grupos Etários (\*)**

Habilitações	< 45		45 --> 54		55 --> 64		>= 65		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sem Habilitações	0	0,0	4	2,0	5	1,8	104	23,4	113	11,1
1º Ciclo	21	19,4	104	52,8	206	75,7	317	71,4	648	63,5
2º Ciclo	31	28,7	38	19,3	22	8,1	12	2,7	103	10,1
3º Ciclo	26	24,1	15	7,6	18	6,6	6	1,4	65	6,4
Secundário	15	13,9	18	9,1	6	2,2	4	0,9	43	4,2
Superior	15	13,9	18	9,1	15	5,5	1	0,2	49	4,8
<b>Totais</b>	<b>108</b>	<b>100,0</b>	<b>197</b>	<b>100,0</b>	<b>272</b>	<b>100,0</b>	<b>444</b>	<b>100,0</b>	<b>1021</b>	<b>100,0</b>

(\*) Considerados os regantes com inscrição completa e devidamente formalizada

**Quadro 43 - Áreas Regadas e Número de Regantes**  
**A. H. M. C.**

<b>Unidade</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Número de Regantes</b>	<b>Área por Regante</b>
Bloco de Macedo	250,37	695	0,36
Bloco de Salselas	79,34	85	0,93
Bloco de Cortiços	95,79	131	0,73
<b>Total do Perímetro</b>	<b>425,50</b>	<b>901</b>	<b>0,47</b>
Fora do Perímetro	45,38	253	0,18
<b>Total do AHMC</b>	<b>470,88</b>	<b>1.108</b>	<b>0,42</b>

<b>Utilizações não Agrícolas</b>		
<b>Utilizador</b>	<b>Fim a que se Destina</b>	<b>Consumo ( m 3 )</b>
Junta Freguesia do Romeu	Abastecimento público	7.000
1 Utilizador	Piscina	72
9 Utilizadores	Dar de beber ao gado	3.273
1 Utilizador	Lavar Jaulas	284
<b>Consumo Total</b>		<b>10.629</b>

Quadro 46 - Evolução da Área Regada e do N° de Regantes, no Decénio 2001-2010

Anos	Perímetro de Rega					A. H. M. C.		
	Área Regada ( ha )	Número De Regantes	Área Média por Regante	Área Equipada ( ha )	% da Área Regada	Área Regada ( ha )	Número de Regantes	Área Média por Regante
2001	367,32	776	0,47	2.928,20	12,5	406,78	917	0,44
2002	382,16	790	0,48	2.928,20	13,1	419,62	936	0,45
2003	350,67	804	0,44	2.928,20	12,0	385,89	958	0,40
2004	366,49	824	0,44	2.928,20	12,5	399,80	988	0,40
2005	396,54	852	0,47	2.928,20	13,5	444,42	1.042	0,43
2006	385,88	884	0,44	2.928,20	13,2	428,52	1.065	0,40
2007	319,80	851	0,38	2.928,20	10,9	359,45	1.046	0,34
2008	330,65	846	0,39	2.928,20	11,3	369,87	1.029	0,36
2009	393,49	874	0,45	2.928,20	13,4	440,08	1.074	0,41
2010	383,43	888	0,43	2.928,20	13,1	431,03	1.093	0,39
2011	425,50	901	0,47	2.928,20	14,5	470,88	1108	0,42

Culturas	Regada ( ha )	de Parcelas	Média ( ha )	Mínima ( ha )	Máxima ( ha )
Fornagem	112,24	190	0,59	0,03	3,60
Horta	109,65	1.310	0,08	0,02	0,75
Lameiro	50,90	70	0,73	0,05	3,20
Milho	29,98	111	0,27	0,03	2,80
Olival	86,87	100	0,87	0,03	10,30
Pomar	15,19	50	0,30	0,02	6,35
Relvado	17,26	163	0,11	0,01	2,40
Sorgo	24,47	76	0,32	0,02	2,30
Outras	24,32	41	0,59	0,03	3,00
Nabal	0,00	0	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>470,88</b>	<b>2.111</b>	<b>0,22</b>	<b>0,01</b>	<b>10,30</b>

## Regantes c/ Áreas Superiores a 5 Hectares: A. H. M. C.

Parâmetros
Área ( ha ) <b>166,85ha</b>
Nº de Regantes <b>16</b>
Área por Regante <b>10,43ha</b>
% da Área <b>35,4%</b>
% de Regantes <b>1,4%</b>

## Evolução das Áreas Culturais no Decénio 2002-2011, no A. H. M. C.

Anos	Culturas ( ha )										Total c/ Nabal	Total s/ Nabal
	For	Hor	Lam	Mil	Oli	Pom	Rel	Sor	Out	Nab		
<b>2002</b>	<b>95,99</b>	<b>142,94</b>	41,94	39,21	<b>42,95</b>	6,96	----- -	23,85	22,43	3,35	419,62	416,27
<b>2003</b>	101,00	131,68	42,41	41,39	20,12	4,68	----- -	20,07	24,54	0,00	385,89	385,89
<b>2004</b>	113,31	127,89	50,29	36,39	23,07	5,41	----- -	18,48	24,96	0,00	399,80	399,80
<b>2005</b>	107,80	130,55	45,80	48,06	48,66	5,81	----- -	20,96	36,78	0,00	444,42	444,42
<b>2006</b>	116,59	128,44	40,76	33,24	50,03	5,85	----- -	14,61	39,00	0,00	428,52	428,52
<b>2007</b>	98,30	112,54	29,91	27,68	36,99	6,71	----- -	13,54	33,78	0,00	359,45	359,45
<b>2008</b>	91,73	106,46	32,84	26,26	58,99	4,66	----- -	12,67	36,26	0,00	369,87	369,87
<b>2009</b>	102,30	112,66	43,35	32,21	76,81	7,68	----- -	18,47	43,12	3,48	440,08	436,60
<b>2010</b>	93,72	102,48	44,15	33,99	85,75	7,39	17,19	19,86	25,30	1,20	431,03	429,83
<b>2011</b>	<b>112,24</b>	<b>109,65</b>	50,90	29,98	<b>86,87</b>	15,19	17,26	24,47	24,32	0,00	470,88	470,88

**Quadro 63 - Evolução dos Custos e dos Consumos no Decénio 2001 - 2010**

Designação	Anos									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Volume Total Bombeado ( m <sup>3</sup> )	3.359.226	3.091.895	3.256.214	3.581.813	4.452.908	3.420.131	2.464.760	3.054.202	4.478.518	3.271.445
Consumo Agrícola ( m <sup>3</sup> )	3.312.636	3.009.187	3.197.584	3.564.123	4.440.308	3.406.341	2.456.200	3.044.112	4.457.926	3.265.315
Custo Total Anual	53.120,61 €	32.818,56 €	29.822,40 €	35.360,46 €	51.132,54 €	45.409,45 €	39.768,44 €	40.724,98 €	57.710,02 €	48.495,52 €
Área Total Regada ( ha )	406,78	419,62	385,89	399,80	444,42	428,52	359,45	369,87	440,08	431,03
Área Regada sem Nabal ( ha )	399,89	416,27	385,89	399,80	444,42	428,52	359,45	369,87	436,60	429,83
Consumo ( m <sup>3</sup> /ha ) (Não Inclui Nabal)	8.284	7.229	8.286	8.915	9.991	7.949	6.833	8.230	10.211	7.597
Custo / m <sup>3</sup>	0,0158 €	0,0106 €	0,0092 €	0,0099 €	0,0115 €	0,0133 €	0,0161 €	0,0133 €	0,0129 €	0,0148 €
Custo / ha	130,59 €	78,21 €	77,28 €	88,45 €	115,05 €	105,97 €	110,64 €	110,11 €	131,14 €	112,51 €
Dias de Rega	92	83	86	97	105	87	80	87	121	98
Bombagem Diária ( m <sup>3</sup> )	36.513	37.252	37.863	36.926	42.409	39.312	30.810	35.106	37.013	33.382



## Vista área da Albufeira do Azibo



## Estação elevatória



## Canal a céu aberto em ponte



Hidrante, contador volumétrico e saídas de rega

### Montantes investidos no AHMC

#### 1º - Rede de Rega do Bloco de Macedo de Cavaleiros:

Adjudicatário.....	Azevedo Campos/Soares da Costa	
Data de adjudicação .....	30-12-83	
Início dos trabalhos .....	Março de 1984	
Conclusão dos trabalhos .....	Março de 1989	
Valor de adjudicação.....	166 100 294\$70	
Valor despendido.....	251 897 419\$00-	<b>1.256.459€</b>

#### 2º - Rede de Rega do Bloco de Salselas:

Adjudicatário.....	VAPECA	
Data de adjudicação .....	19-11-87	
Início dos trabalhos .....	28-12-87	
Conclusão dos trabalhos .....	28-02-90	
Valor de adjudicação.....	83 981 000\$00	
Valor despendido.....	98 062 264\$00-	<b>489.132€</b>

#### 3º - Rede de Rega da Conduta C.7:

Adjudicatário.....	MARSILOP	
Data de adjudicação .....	24-10-88	
Início dos trabalhos .....	24-11-88	
Conclusão dos trabalhos .....	11-04-90	
Valor de adjudicação.....	53 931 000\$00	
Valor despendido.....	61 085 726\$00 -	<b>304.694€</b>

#### 4º - Edifício da Associação de Beneficiários:

Adjudicatário.....	Ferreira e Bebiano	
Data de adjudicação .....	04-02-91	
Início dos trabalhos .....	09-07-91	
Conclusão dos trabalhos .....	02-12-93	
Valor de adjudicação.....	84 890 512\$00	
Valor despendido.....	132 702 315\$00 -	<b>661.916€</b>

#### 5º - Rede de Rega do Bloco de Cortiços (Condutas C.8 e C.9):

Adjudicatário.....	Teixeira Duarte	
Data de adjudicação .....	12-02-92	
Início dos Trabalhos .....	Abril-92	
Conclusão dos trabalhos .....	02-07-93	
Valor de adjudicação.....	178 991 639\$00	
Valor despendido.....	211 123 200\$00 -	<b>1.053.078€</b>

#### 6º - Montagem de hidrantes no Bloco de Salselas:

Adjudicatário.....	Jaime Nogueira & Filhos	
--------------------	-------------------------	--

Data de adjudicação ..... 10-08-98  
Início dos Trabalhos ..... 30-10-98  
Conclusão dos trabalhos ..... 28-06-99  
Valor de adjudicação.....23 331 500\$00  
Valor despendido.....29 324 435\$00 - **146.269€**

**7º - Rede Secundária de Rega do Bloco de Cortiços (Conduta C.10) e obras complementares dos Blocos de Macedo e Salselas:**

Adjudicatário..... TRAGSA/TRAPSA  
Data de adjudicação ..... 26-12-97  
Início dos Trabalhos ..... 02-06-98  
Conclusão dos trabalhos ..... 30-08-99  
Valor de adjudicação..... 396 131 703\$00 - **1.975.896€**

**8º - Canal Condutor Geral do Bloco de Cortiços e Impermeabilização do Canal Condutor Geral do Bloco de Macedo de Cavaleiros:**

Adjudicatário.....ETERMAR/Camilo de Sousa Mota  
Data de adjudicação ..... 18-04-97  
Início dos Trabalhos ..... 26-06-97  
Conclusão dos trabalhos .....28-12-99  
Valor de adjudicação..... 444 914 838\$00  
Valor despendido.....693 956 833\$00 - **3.461.442€**

**9º - Fornecimento e montagem de hidrantes para as Condutas C.8 e C.9 do Bloco dos Cortiços**

Conclusão-----Junho 1999  
Valor despendido----- 72.677.495\$00 - **362.513€**

**TOTAL – 9.711.399€**

Até ao final do projecto previam-se ainda efectuar as seguintes acções:

-Construção dos Blocos de limãos, castro-roupal e Morais Lagoa (2.300ha)

**-Automatização da rede primária de margem direita**

-Construção de mini-hídrica (projecto em fase final de estudo ambiental)

**-Elaboração da planta cadastral do bloco de Macedo de Cavaleiros**

---

Nos últimos 10, 15 anos realizou-se o Projecto para construção de uma mini-hídrica, mas que interesses de diversos organismos (DGADR, INAG, Câmara Municipal) impediram a sua construção, estando finalmente o estudo de impacto ambiental concluído e a aguardar desenvolvimentos, sendo a sua construção muito importante para a redução do passivo anual.



## **Preocupações actuais da Associação em relação ao Regadio e á Agricultura Local.**

- A medida do PRODER, 1.6.3- Melhoramento dos regadios públicos está sem verba existindo 30 milhões de euros de projectos aprovados sem dotação orçamental, não tendo sido atribuída qualquer verba para a modernização do AHMC;
- Intenção de no próximo Quadro Comunitário pós 2013, apenas haver apoios a quem aumentar a eficiência no uso da água, deixando de parte o investimento significativo e necessário na recuperação dos regadios;
- Numa região com os Agricultores com idade avançada e sem sucessores é preocupante saber quem vai utilizar a água, manter a paisagem rural, o meio ambiente no futuro próximo, bem como a economia local;
- As medidas para a Agricultura são sempre avulsas, existindo cada vez mais burocracia, o que tem contribuído para o abandono da Agricultura, e afastamento dos Jovens;
- Com os anos o Regadio do Azibo em Macedo de cavaleiros precisará de manutenções e intervenções que se não houver investimento poderá a médio prazo entrar em colapso, com a diminuição da rega menos justificação haverá para investir, onerando muito mais o Estado na sua possível recuperação;
- Custo da água elevado em relação a alguns regadios que não incentiva a rega, tendo em conta a Agricultura existente;
- Preocupação central, ausência de políticas para a reorganização da estrutura Agrária, sendo este o momento para esta avançar;
- Política fiscal igual para a Agricultura, quando a mesma tem características diferenciadoras;
- Penalizações recentes em termos de taxas de IRC, fim dos incentivos á interioridade, fim e ausência de incentivos á contratação de mão-de-obra agrícola, isenção de IMT;
- Política de subsídios igual para todos, quando deveria ser diferenciada;
- Fim de incentivos á aquisição da propriedade por jovens Agricultores;
- Custo exagerado para Registo de Propriedades Rústicas, 362.50€/Artigo, havendo muitas parcelas de baixas dimensões que não valem o custo do Registo, não incentivando os Registos dos Prédios na Conservatória;

- Possibilidade de onerar ainda mais os produtores pecuários com o aumento dos custos com a sanidade, com a dificuldade crescente das Organizações de produtores pecuários OPP; a crescer a dificuldade com o escoamento e valorização dos animais por um lado e os restantes custos a subir (rações, adubos, impostos, gasóleo, etc);
- Ausência de condições diferenciadoras para as Associações de Regantes em sede de segurança social;
- Políticas de criação de taxas de conservação diferenciadoras que penalizam o nosso regadio se forem excessivas em detrimento de outros regadios, aumentados os custos de produção;
- Custo com os combustíveis que estão a inviabilizar o normal funcionamento dos agricultores,
- Fim da Electricidade Verde que com a subida dos custos com a energia tem asfixiado o já débil sector agrícola;
- Incentivos á floresta de terras agrícolas desajustadas da realidade da dimensão da propriedade;
- Baixa área por parcela, contribui para o abandono progressivo do meio rural; RPU discrimina os Jovens agricultores sem prémio á primeira instalação impedindo-os de se candidatarem à reserva;
- Dependência cada vez maior de culturas que não necessitam de grande mão-de-obra, exemplo, olival, castanha, não gerando desta forma ocupação/rendimento ao longo do ano aos trabalhadores agrícolas e aos Agricultores;
- Dificuldade em implementar projectos florestais viáveis, com espécies de futuro com apetência nesta zona ( pseudotsuga/abeto, cedrus atlântica/cedro do atlas, quercus roble/carvalho americano); o inexistente desenvolvimento científico na área do combate às doenças do castanheiro (cancro e tinta), falta de controlo do castanheiro importado e/ou dito resistente à tinta.

### **Propostas para intervenção:**

- Garantir no Próximo Quadro Comunitário de Apoio, verbas para a manutenção e melhoramento da operacionalidade dos regadios já existentes, realizar estudos para a expansão dos regadios tendo em conta o custo/benefício, para responder á necessidade crescente de alimentos, fruto do aumento da população mundial, sendo o regadio factor de sustentabilidade ambiental, conservação da biodiversidade, de mitigação e adaptação às alterações climáticas, valorização da

paisagem contribuindo para a vitalidade económica e social dos territórios rurais;

- Introduzir um custo às empresas que vendem água para consumo humano para sanear os passivos sucessivos dos AHMC, exemplo, as Águas de Trás-os-Montes se pagasse 0.025€/m<sup>3</sup>, a Direcção geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural não teria nenhum custo/passivo com o AHMC, até como forma de compensar o aumento dos custos com a bombagem provocada pelo aumento do consumo para Mirandela;

- Sanear financeiramente o Regadio com as receitas do ponto anterior, da Construção da Mini-hídrica e da Taxa de Conservação.

- Isentar os regadios com baixas percentagens de utilização, da Taxa dos recursos hídricos, porque onera os agricultores, que por exemplo já pagam um custo elevado pela água, o que também dificulta a expansão do regadio;

- Organizar os recursos hídricos dentro de uma mesma e única estrutura, por exemplo Agência Portuguesa do Ambiente, resultado da fusão do INAG e da ARH, com poder de proximidade, porque actualmente existem regadios sob a tutela da DGADR no Distrito de bragança (Macedo, Alfandega, Chaves), e Gostei, Vilarça, Camba, e Mirandela, sob a tutela da DRAP-N, estes regadios deveriam ter regras iguais com possíveis parcerias se as entidades da tutela fosse a mesma o que facilitaria o diálogo e tomada de posições, por exemplo a Barragem, o canal principal e a estação elevatória do Azibo é do INAG, a rede secundária é da DGADR e a gestão do AHMC é da ABMC;

- Existem pequenos regadios na região que deveriam ser administrados pelas Juntas de Freguesia, ou Associações de regantes existentes no Concelho, embora situações sem grande expressão;

- Conforme intenção da DGADR, com o acordo da ABMC, cobrar a taxa de conservação a todos os proprietários com terrenos beneficiados pelo regadio, que não utilizam o regadio, (os que regam já pagam), garantindo assim receita para a Associação, para aumentar a receita para despesas futuras de conservação, manutenção e operacionalidade futura;

- Realizar um cadastro actualizado do AHMC, com todas as áreas possíveis de beneficiar do Perímetro de rega, (dentro e fora do

perímetro de rega), que poderia ser realizado conjuntamente com o novo cadastro dos prédios rústicos;

- Proibir a florestação de terras com aptidão agrícola, dentro do perímetro de rega, não fazendo sentido o investimento feito no regadio para instalar e hipotecar ad eternam nalguns casos ex. sobreiro, floresta que ninguém tem por hábito regar;

- Cadastro geral da propriedade, com processos informáticos, modernos; P3, orto-foto mapas, georreferenciação, substituindo a certidão predial e certidão das finanças;

- Automatizar a rede primária da margem direita, diminuindo custos para a ABMC, para a DGADR e prestando um melhor serviço aos utilizadores do regadio;

É absolutamente fundamental que com um cadastro predial novo e moderno, se penalize os terrenos abandonados, se crie uma política fiscal favorável que promova o emparcelamento por iniciativa dos proprietários, diminuindo o nº excessivo de artigos rústicos que desta forma impedem a criação de explorações agrícolas viáveis, permitiria a valorização da terra, rentabilidade da propriedade, criação de investimento na Agricultura, aumento de produção nacional, criação de emprego, fixação de pessoas no meio rural, diminuição de fogos florestais, os proprietários passariam a identificar a sua propriedade; criaria também mais receita fiscal;

- O Estado deve alienar, concessionar, arrendar os terrenos que detêm (muitos deles já ocupados), que não sendo importantes ou não estejam a produzir, investindo nas florestas que tem ao abandono em risco de incêndio ou até concessionar a sua limpeza, os terrenos referidos devem ser preferencialmente entregues a jovens agricultores, a confinantes; Associações de produtores e outras Associações, Empresários Agrícolas;

- Criação de um banco de Terras, que por si só não funciona, sem a criação de cadastro actualizado e com uma política fiscal adequada, para assim haver um incentivo/penalização promoverá a realização de negócios de arrendamento, venda, permuta, criando investimento e uma verdadeira revolução agrária;

- O Banco de terras pode ser extremamente importante, mas a ligação á terra é muito forte por parte das pessoas e a dimensão da propriedade eventualmente disponível para arrendamento ser baixa,

não terá interessados porque na sua maioria serão incultos, ou estão abandonados, ou são terrenos de aptidão florestal, logo para culturas que exigem investimento avultados na recuperação da propriedade, melhoramentos fundiários e que por simples arrendamento não serão atractivos, até porque serão culturas de médio/longo prazo, que quando estarão em produção quem investiu terá possivelmente de as abandonar, não rentabilizando os investimentos efectuados;

- Desta forma aumentaria na Agricultura a área por parcela, condição primeira para viabilizar e manter muitas explorações agrícolas;

- Esta reforma atrairia Empresários com experiência noutros negócios á actividade Agrícola com potencial de investimento e criar valor nas regiões agrícolas;

- Terras que abandonadas, com aptidão florestal, passassem a ser florestadas, teriam isenção por exemplo 10/20 Anos de IMI;

- Criação de Estruturas Locais de Apoio (ELA), á semelhança das zonas de Intervenção Territorial Integrada (ITI) do PRODER; são estruturas de natureza técnica que assume o acompanhamento e apoio técnico, acções de sensibilização e divulgação dos beneficiários da ELA;

- Com a futura reorganização, das juntas de freguesia deveriam ter nas zonas Agrícolas, uma Estrutura local de Apoio, coordenada por uma estrutura directiva na Sede de Concelho, com um técnico da área Agrícola/Florestal/etc, que ajudaria a implementar contribuindo decisivamente para o sucesso da implantação do Banco de Terras, que promovesse conjuntamente com a junta de freguesia e Associações Agrícolas, o desenvolvimento da actividade Agrícola, pecuária, agro-indústria, Floresta, etc, esta estrutura informaria e estimularia os agricultores a produzir novas culturas, teriam apoio técnico, tratariam de burocracias administrativas, sendo a ponte entre os agricultores e as entidades agrícolas, autarquias, Direcções Regionais, Institutos Politécnicos, Universidades; estimulariam a criação de associações de produtores, fazendo contactos comerciais para escoar as produções locais que reunidas poderiam ter outra valorização e escoamento;

- Estas Estruturas Locais de Apoio dariam emprego aos jovens licenciados que após concluírem os seus estudos que pode riam-se fixar no interior, com formação e ser uma mais-valia, aliado a isto poderiam ser uma ponte de ligação entre o meio rural, os agentes



económicos e o meio Universitário, pois não adianta formar para depois não dar uso á sua formação ainda mais, numa região muito carente de emprego e fixação de jovens que poderiam motivar outros para projectos de vida na sua localidade, criaria emprego localmente, organizando a mão-de-obra disponível para a Agricultura;

- Criação de estágios profissionais nas explorações agrícolas com acompanhamento das Estruturas Locais de Apoio (ELA);

- Os subsídios devem ter majorações para quem pertence a uma ou mais Associações de produtores, (excluir cooperativas) promovendo desta forma a concentração de produções, comercializações conjuntas, desenvolvimento e inovação de produtos, subsídios majorados para quem exporta; para sociedades agrícolas, SAG;

- As cooperativas deveriam ser obrigadas na altura da apresentação de contas Anual a apresentar as Actas das Assembleias que realizam;

- Reforçar as verbas de apoio ao Programa LEADER, que tem dotações orçamentais muito baixas, por exemplo o GAL da Terra Quente, (Macedo de cavaleiros, Alfandega da Fé, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Mirandela), DESTAQUE disponibilizou cerca de (600.000€) por Medida e para cinco Concelhos, nas medidas como seja a Acção 3.1.3- Desenvolvimento de actividades Turísticas e de lazer, 3.1.1- Diversificação de actividades na exploração Agrícola, 3.1.2 - Criação e desenvolvimento de Microempresas, do PRODER; excessiva burocracia e apoio muito baixo bem demonstrado pelas candidaturas (150, 66 aprovadas com um investimento total de 5 milhões de euros, quando o valor candidatado ascendia a 10 milhões de euros, mas de extrema importância ao desenvolvimento, e diversificação de actividades nas explorações agrícolas, recuperação de imóveis para turismo rural, criar outras fontes de rendimentos aos agricultores, criação de pequenas indústrias, desenvolvimento de actividades turísticas, criação de microempresas, criação de postos de trabalho no mundo rural, etc;

- Promover novas avaliações para os prédios rústicos com aumento moderado de receita fiscal, após novo cadastro, com penalizações aos terrenos abandonados e cultiváveis, isentar terrenos incultos, não produtivos, com fortes inclinações; situação que actualmente não se verifica sendo por isso injusta;

- As Associações de regantes, outras associações deveriam ter apoios majorados para apostarem em sistemas renováveis de energia, criando assim outras fontes de rendimentos para as Associações;
- Criar condições fiscais favoráveis para a actividade agrícola, porque esta tem especificidades próprias, IRC 10% desde que aumente ou mantenha a facturação até 100.000€/Ano, rendimento colectável, isenção de IMT na aquisição de terrenos confinantes, sem limite de área, nas transmissões para jovens agricultores e Empresários, com projectos de investimento, Segurança Social diferenciadora para a actividade agrícola, com incentivo á contratação de pessoas no RSI e no desemprego;
- Incentivos fortes às Associações dos regadios para constituir organizações de produtores, para realizar comercializações conjuntas, criação de Marcas chapéu, conseguir dimensão, criar emprego, formar os seus Associados, estimulando os produtores a produzir de acordo com as novas exigências comerciais, potenciando a exportação e a criação de muita mão-de-obra que muitas vezes sem grande formação, capacidade ou alternativas, não consegue rendimento estável, estando constantemente numa situação de mendigo aos subsídios estatais (subsídio de desemprego, RSI, apoio de instituições de solidariedade social), criando desta forma inserção no mercado de trabalho e hábitos de trabalho, melhorando a sua situação e a dos seus, diminuindo o desemprego e pagando impostos;
- Incentivos fiscais promovendo o investimento (estrangeiro) dos emigrantes que poderia alavancar a agricultura e potenciar o seu regresso em condições de se fixarem bem como aos seus filhos;
- O Regadio tem de ser avaliado e visto numa perspectiva económica e social no desenvolvimento regional, na fixação, criação e manutenção de emprego, seja no sector primário, seja no secundário, ou no terciário, porque numa região de interior tudo depende da Agricultura, Politicas Nacionais e Europeias erradas levaram á falha da Agricultura e dos seus subsectores, levando consigo o êxodo em massa de populações com todos os inconvenientes, á crise do comércio, ao fecho de serviços, a perda de receitas fiscais, ao investimento público agora desnecessário; ao desequilíbrio interior/litoral.

Em 1979 no livro de síntese do projecto do AHMC é referido que "O Nordeste Transmontano é claramente uma zona deprimida em que não existem, na prática, outras alternativas de investimento ao Sector Primário e em que os custos sociais de continuar a não investir serão provavelmente muito elevados", de referir que a região já tem contrariedades suficientes (condições climatéricas, distância aos pontos de consumo, distância de fornecedores, gastos com combustível, tempo, portagens, dificuldades endógenas), etc., sendo por isso necessário criar condições favoráveis ao Desenvolvimento da Agricultura na Região.

**- A Agricultura na região e principalmente na área de intervenção do regadio do AHMC, só terá melhorias visíveis com um articular de alterações que conjuntamente promoverão uma revolução na estrutura agrária, doutra forma isoladamente não terão o efeito desejado, neste momento é urgente a criação das medidas aqui apresentadas, com as alterações necessárias, outras haverá com certeza, mas a geração que ainda trabalha a terra na região é pouca, muito envelhecida, com uma agricultura sem dimensão sem estruturas modernas e motivadoras, em que muitos já desconhecem a localização das suas terras, muito menos os seus herdeiros que i/emigraram, com este cenário o futuro avizinha-se dramático, diria mesmo catastrófico.**

**Com as medidas aqui enunciadas, que potenciarão a diminuição do nº de parcelas, aumento da área por exploração agrícola, com a diminuição do nº de agricultores, fruto da idade avançada dos mesmos, quem se dedicar á Agricultura terá condições para produzir muito mais, que é aquilo que no final se pretende com um rejuvenescimento dos Agricultores, trazendo outra cultura e aumentando a área regada viabilizando o AHMC, garantindo o seu futuro.**

**Numa altura de tanta necessidade para o País de novas iniciativas que criem riqueza, emprego, fixação de populações, especialmente jovens, a AGRICULTURA é sem dúvida parte da solução, numa região dependente do sector Agrícola, com regadio instalado, e com potencial de instalar culturas para exportação, estando próximo da Fronteira com Espanha, contribuindo para a diminuição do desequilíbrio da balança comercial, combatendo a dependência alimentar excessiva, porque da terra vem tudo, é preciso é que todos os**

**responsáveis a começar pelos Políticos adoptem uma estratégia para o País, adaptado as especificidades de cada região, assente numa "Revolução Agrícola", que fará da AGRICULTURA um sector atractivo ao investimento, e a sua rentabilidade.**

**Sem um choque urgente, a desertificação será total, o abandono da terra será uma realidade em breve, o comércio deixará de existir, porque vive directa ou indirectamente do meio rural, os serviços cada vez se justificarão menos, mas não haverá quem combata os incêndios cada vez mais frequentes com elevado prejuízo ambiental, por isso é central a reestrutura agrária, ao fim de tantos anos a despejar dinheiro na Agricultura é razão para perguntar porque estamos cada vez pior? Mais dependentes e com menos futuro.**

**Pensamos com estas alterações na região estarão criadas as condições para se cumprirem os objectivos gerais inicialmente traçados para o Projecto Hidroagrícola de macedo de cavaleiros.**

**- Criar um núcleo rural evoluído, de modo a funcionar como pólo de desenvolvimento regional, fomentar a produção de alimentos seleccionados, incrementar a produção das indústrias transformadoras de produtos agrícolas e a instalação de outras e promover o progresso do sector terciário;**

**- Elevar o rendimento per capita da população e o seu nível cultural e profissional;**

**- Promover o retorno dos emigrantes.**

## **CONCLUSÃO:**

**Se por um lado existem fraquezas na Agricultura local que se poderiam resumir em:**

**- Idade avançada dos agricultores, baixa dimensão das parcelas, Pouca profissionalização e formação dos Agricultores, custo da água elevada.**

**Por outro lado existem oportunidade que cabe criar condições para explorar.**

**- Grandes áreas para recuperar, com as reformas o custo da terra baixaria o que traria competitividade, disponibilidade de água, mão-de-obra, carente de emprego, baixos custos de**

**produção na agricultura familiar, oportunidades em produzir produtos competitivos em alturas de maior valorização no mercado externo, necessidade em melhorar os rendimentos dos agricultores, terrenos com aptidão florestal.**

**Resta sugerir nesta altura difícil para o País que os agentes responsáveis, e dadas as especificidades da região intervenham de forma coordenada, com medidas adequadas á necessária transformação do sector agrícola e de uma Região essencialmente Agrícola.**

**Exposição do Sr. Vice-Presidente da Associação sobre a sua experiência enquanto Empresário Agrícola e Armazenista e operador de produtos agrícolas, os obstáculos e dificuldades das suas actividades, bem como das oportunidades que a região e o regadio podem proporcionar.**

#### **Dificuldades/obstáculos:**

- Dimensão das parcelas, dificuldade no arrendamento e custo do mesmo;
- Política de subsídios que premeia os falsos agricultores, sem potencial produtivo, e não premeia os Empresários Agrícolas que poderiam gerar mais-valias económicas;

Os terrenos disponíveis além de rendas elevadas, necessitam de grandes investimentos para serem recuperados e rentabilizados, existindo a dificuldade de realizar e rentabilizar os mesmos a curto prazo, inibindo a criação de investimentos fixos elevados e tecnologia avançada;

- Exigências fitossanitárias que aumentam significativamente os custos de produção e que obriga a concorrer com novos mercados, ex. Marrocos, que sem cumprir legislação europeia tanto nos produtos para comercialização em fresco como para transformação industrial, com o inconveniente de não criar emprego directo, mais-valias e impostos em Portugal;
- Aumento dos custos de produção, com a diminuição do preço no consumidor;
- Dificuldade em criar condições para ganhar dimensão de forma individual ou colectiva;

- Dificuldades burocráticas (Proder, Edp, e organismos públicos), atraso nos pagamentos;
- Financiamento deveria ser opcional para culturas de curto prazo ou plurianuais, com isenção de juros e prémios de realização por objectivos;

### **Oportunidades:**

- Grande disponibilidade de água de qualidade no AHMC;
- Área com características de solo e clima que com as reformas necessárias poderiam estar disponíveis para arrendamento ou aquisição a custo viáveis e competitivos;
- Dada a situação actual da região a reforma necessária criaria emprego, investimento, potenciaria a criação de associações de produtores, diversificação de produções agrícolas;
- Contactos no exterior que não consigo satisfazer dadas as limitações expostas;
- Possibilidade de produzir numa altura do ano onde os produtos não têm tanta concorrência do sul e com maior valorização;
- Qualidade ambiental que garante um produto de qualidade superior;
- O aumento da produção poderia criar indústrias transformadoras; e satisfazer necessidades de mercados internacionais, sendo por isso importante a criação de Associações de produtores organizados, com parcerias com universidades, politécnicos para desenvolvimento e adaptação de novos produtos e variedades, estudos de mercado e acompanhamento técnico;
- A comercialização dá-se essencialmente no litoral norte, podendo com maior dimensão expandir para o sul e para a Europa, com produções mais tardias e maior valorização;
- As Organizações de produtores poderiam auxiliar na criação de pequenos negócios de cariz familiar, que podem ser competitivos dado os custos controlados dos mesmos sendo uma mais-valia competitiva, gerando auto-emprego e rendimento ao agregado familiar.

### **A Direcção da Associação de Beneficiários de Macedo de cavaleiros**